

Do Estado Novo ao governo de João Goulart: incidência do nacional-desenvolvimentismo sobre o meio ambiente

RESUMO

Movido pela Crise de 1929, o Brasil e outros países latino-americanos passaram a intervir na economia, promovendo a industrialização por substituição de importações e a expansão urbana. O Estado Novo do presidente Getúlio Dornelles Vargas marcou a história contemporânea do Brasil, a partir de políticas públicas nacionais-desenvolvimentistas e influenciou o governo de diversos presidentes brasileiros. Contudo, neste mesmo recorte temporal, o Estado brasileiro instituiu pontuais políticas ambientais em atendimento a reivindicações da sociedade civil e sucumbindo às pressões do plano internacional. Diante destes fatos, o artigo a seguir se propõe a compreender o paradoxo entre os projetos para o desenvolvimento nacional e as ações estatais direcionadas à proteção do equilíbrio ecológico, buscando conhecer os fatores que impulsionaram os confluentes fenômenos. No que tange ao procedimento metodológico, foi utilizado o método histórico dedutivo e como fontes de pesquisa foram consultados diversos livros e artigos científicos referentes ao tema tratado, desde o advento da causa ambiental até a análise das políticas mais significativas em cada período abordado. Percebeu-se que, os governos analisados enfatizaram o crescimento econômico, em sobreposição ao necessário desenvolvimento socioeconômico. É inegável que ocorreu uma modernização do país, porém com aumento das desigualdades sociais. Em relação ao meio ambiente, os impactos negativos foram consideráveis, mesmo com as pressões internas e no âmbito das relações internacionais. Foram consequências do nacional-desenvolvimentismo: perdas na fauna e na flora, mudanças climáticas, alterações no solo e poluição atmosférica. Enquanto ganhos, pode-se mencionar algumas obras de infraestrutura e parques nacionais, os quais conservam a biodiversidade do país e propiciam qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; Nacional-Desenvolvimentismo; Políticas Públicas Ambientais; Meio Ambiente.

Derliz Hong Hung Moreno
derlizhmoreno@gmail.com
Universidade Federal da Integração
Latino-Americana. Foz do Iguaçu. Paraná.
Brasil.

Gilson Batista de Oliveira
gilson.oliveira@unila.edu.br
Universidade Federal da Integração
Latino-Americana. Foz do Iguaçu. Paraná.
Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Em decorrência da crise no capitalismo central em 1929, países da América Latina, tal como o Brasil, se viram diante da necessidade de implementar tardias políticas públicas de industrialização por substituição de importações, além de buscar a modernização por meio de obras de infraestrutura e urbanização. Precisamente, o nacional-desenvolvimentismo brasileiro coincidiu com o início da história contemporânea do país, no Governo Provisório (3/11/1930-20/7/1934) de Getúlio Dornelles Vargas. Intensificou-se, deste período em diante, a intervenção estatal na economia, apesar de projetos de desenvolvimento terem sido implementados somente a partir do ditatorial e nacionalista Estado Novo de Vargas (10/11/1937-31/1/1946). Sem embargo, em todo este tempo, incluindo no Governo Constitucional (20/7/1934-10/11/1937), o Estado brasileiro instituiu políticas para o meio ambiente.

No período estudado, cinco planos e programas foram elaborados pelo Governo Federal: I. Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional (1939-1943); II. Plano de Obras e Equipamentos (1944-1947); III. Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) [1950-1951]; IV. Plano de Metas (1956-1960); V. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963).

O nacional-desenvolvimentismo iniciado no Governo Vargas implicou em interferência da ação antrópica no meio ambiente. Por isso, este artigo visa compreender o paradoxo entre estas políticas públicas para o crescimento econômico e as paralelas ações estatais de gestão ambiental e proteção ao meio ambiente, propondo-se a identificar os motivos que conduziram estas institucionalidades, seja por reivindicações sociais ou pressões internacionais. Tem-se como foco do presente trabalho o recorte histórico do Estado Novo ao fim do Governo de João Goulart.

Na pesquisa foi utilizado o método histórico dedutivo, bem como foi realizado levantamento bibliográfico de produções científicas publicadas em formato de artigos e de livros. Quanto à organização do trabalho, primeiramente, fez-se uma contextualização da emergência da pauta ambiental sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), na qual o Brasil é um dos Estados-membros. Aqui, torna-se mister destacar que agenda ambiental internacional começou a ser formatada ao final da década de 1960. Posteriormente, o artigo mostra como a questão ambiental é tratada do Estado Novo de Vargas ao Governo Goulart, passando por todos os programas e planos implementados no período.

2 CARACTERIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

Com a Primeira Revolução Industrial (HOBBSAWM, 1979) — iniciada pelo Reino Unido por volta de 1760 (século XVIII) e expandida gradativamente até 1860 (século XIX) à Europa Ocidental, aos Estados Unidos da América (EUA) e ao Japão — houve o despertar da sensibilidade humana em relação à natureza no contexto de urbanização somada à exploração da natureza e da classe operária oriunda do campo por perda de terras para a burguesia. Resultado do modelo civilizatório emergido a partir deste período, a crise ambiental se intensifica no planeta Terra, gerando alterações no clima, aumento do nível do mar, derretimento de geleiras, erosão do solo, enchentes, estiagens, extinção massiva de espécies da fauna e

ondas de calor. Há três séculos, como contextualiza Hobsbawm (1995, p. 92), por meio de mudanças significativas na economia, o mundo passou a operar em “uma divisão mundial cada vez mais elaborada e complexa de trabalho; uma rede cada vez maior de fluxos e intercâmbios que ligam todas as partes da economia mundial ao sistema global”.

Uma das principais causas do avanço da pobreza rural, segundo destaca Leff (2006, p. 479), é a deterioração ambiental — também responsável pela pobreza urbana resultante da expulsão dos camponeses do ambiente rural. Quando a Revolução Industrial começou, conforme Brown (2009, p. 89), as concentrações de dióxido de carbono na atmosfera — principal indicador de mudança climática — eram de cerca de 280 partes por milhão (ppm). Já em 2008, este índice subiu para 386 ppm. De acordo o mesmo autor, “o crescimento anual do nível de CO₂ atmosférico [...] resulta de emissões em uma escala que supera a capacidade da natureza de absorver carbono”. Em contrapartida, de acordo com o autor (2009, p. 185), “pela primeira vez, desde o início da Revolução Industrial, estamos investindo em fontes de energia que podem durar para sempre”.

Como ilustra Brown (2009, p. 89), “os dez anos mais quentes desde que os recordes globais começaram a ser registrados, em 1880, aconteceram desde 1996”. Entretanto, Pinker (2013, p. 248) contrapõe que as economias da Europa só progrediram de forma acentuada e a demografia aumentou “quando a Revolução Industrial introduziu técnicas fabris mais eficientes e construiu uma infraestrutura de canais e ferrovias”. Outro contraste, ainda de acordo com o autor (2013, p. 900), é que este processo proporcionou prosperidade ao Ocidente a partir do século XIX, assim como “a saúde e a longevidade decolaram com a revolução na saúde pública ao longo do mesmo século”. Já no século XIX, conforme Hobsbawm (1995, p. 204), o filósofo Karl Heinrich Marx previu o possível alastramento da Revolução Industrial no restante do mundo, e “é espantoso ver como a indústria pouco saíra do mundo do capitalismo desenvolvido antes do fim da Era dos Impérios, e mesmo até a década de 1970”.

Publicada em 1820, a obra “Princípios de Economia Política e Considerações Sobre sua Aplicação Prática” de Thomas Robert Malthus apresentou a premissa que “a população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica. Os meios de subsistência crescem apenas numa progressão aritmética” (MALTHUS, 1996, p. 246-247). Haja vista que a alimentação é vital para a vida, “os efeitos desses dois poderes desiguais devem ser mantidos iguais”. Segundo esta perspectiva, em decorrência da dificuldade de subsistência, há um empecilho que incide firme e constantemente sobre os seres humanos, exigindo a diminuição desta dificuldade em algum lugar, o que “deve, necessariamente, ser duramente sentida por uma grande parcela da humanidade”.

Somando-se a expansão urbana, a Primeira (1914-1918) e Segunda (1939-1945) guerras mundiais e a Guerra Fria (1947-1991), houve o consequente exponencial aumento de conflitos entre diplomacias e crimes ambientais e humanitários. Em resposta a estes problemas, surgiram diversos movimentos de contracultura na década de 1960, a exemplo dos movimentos ambientalista, feminista e hippie. No fim da década de 1940, fundou-se a vanguarda União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), enquanto desdobramento de um encontro realizado em Fontainebleau, na França, em 5 de outubro de 1948, por iniciativa governamental dos EUA, da França e do Reino Unido. Sediado em

Gland, na Suíça, a UICN ampliou seu nome em 1956, denominando-se União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais. Mais tarde, os países que fundaram a iniciativa acordaram em inserir a UICN na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO¹), com sede em Paris, na França. Presente em mais de 160 países, fazem parte da União Internacional governos e organizações da sociedade civil, abrangendo mais de 1.400 membros e 18 mil especialistas.

Junto ao período pós-Segunda Guerra Mundial, como resgata Brown (2009, p. 28; p. 271), o rápido crescimento da população aumentou as pressões por fontes de alimento e, conseqüentemente, alcançou-se os limites dos oceanos antes da terra, pois “o mundo se voltou aos oceanos para buscar proteína animal. De 1950 a 1996, a pesca mundial saltou de 19 milhões de toneladas para 94 milhões de toneladas”. Durante e após a Segunda Grande Guerra, os países atingidos foram perdendo a capacidade de produção agrícola e algumas cidades chegaram a ser totalmente arrasadas, o que levou à falta de alimentos e, conseqüentemente, à fome — sendo este quadro intensificado em países dos continentes africano e asiático.

Sem precedentes, este aumento da população humana, segundo o documento planetário "Carta da Terra", “tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis” (CARTA, 2018, p. 95). Instaurado este cenário, como alternativa à agricultura tradicional que não supria a demanda, a fim de produzir alimentos em larga escala, algumas nações investiram no, até então, Método de Borlaug ao longo das décadas de 1950 e 1960. Vinculado ao Programa de Produção Cooperativa de Trigo do México, a iniciativa foi a responsável por tornar o país autossustentável naquele período, empregando principalmente: I. Modificação genética em sementes para que as plantas resistissem às pragas; II. Máquinas para plantio e colheita; e III. Fertilizantes e pesticidas químicos.

O Método começou a ser desenvolvido na década de 1930 pelo engenheiro agrônomo estadunidense Norman Borlaug, que pesquisava sobre as espécies de trigo mais resistentes às doenças. Na década seguinte, em 1944, Borlaug foi convidado para gerir o Programa de Produção Cooperativa de Trigo do México, financiado pela Fundação Rockefeller – dedicada a promover ensino, pesquisa, saúde pública e filantropia fora de seu país de origem (EUA). Caracterizado também pela monocultura e pela alta produção em menor extensão de terra, o Método de Borlaug passou a ser denominado Revolução Verde (Green Revolution, em inglês) a partir de 1968. Tal termo foi utilizado pela primeira vez por William Gaud, então diretor da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID²). Em contraste à solução encontrada para o combate à fome, Leff (2006, p. 479) resgata que a capitalização agrícola da Revolução Verde, apesar da superprodução, ocasionou subconsumo de alimentos e imensa degradação socioambiental em decorrência do intensivo uso de energia e de insumos agroquímicos. Por resultar em “perda da fertilidade das terras, salinização social e miséria extrema”, ainda segundo o autor, “a globalização econômica gera um processo de degradação ambiental e empobrecimento em escala planetária”.

Página 1875
¹ Sigla em inglês para United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

² Sigla em inglês para United States Agency for International Development.

Já em 27 de setembro de 1962, a bióloga marinha americana Rachel Louise Carson publicou a obra "Primavera Silenciosa" (Silent Spring), em que alertou contra os perigos dos defensivos agrícolas com os quais a natureza, incluindo os seres humanos, começavam a ter ligeiro contato depois da Segunda Guerra Mundial (CARSON, 1969, p. 25-47). Tal cenário de contaminação do meio ambiente, conforme a autora (1969, p. 26), "acontece em consequência [sic] do surto repentino e do prodigioso crescimento da indústria criada para a produção de produtos químicos [...] sempre dotados de propriedades mortíferas para os insetos". Além dos aspectos econômicos desfavoráveis, como complementa Carvalho (1986, p. 615), o uso desregrado de biocidas "pode destruir a fauna útil e incrementar o aparecimento de espécies indesejáveis, além de contaminar alimentos".

Dentre as possíveis soluções para produzir alimentos e assegurar os sistemas de suporte de vida, sob a perspectiva do autor, estão: "métodos modernos de combate integrado, adoção de espécies resistentes, métodos mecânicos e inimigos naturais". Em anos anteriores a 1950, conforme Brown (2009, p. 271), "a expansão da oferta de alimentos alicerçava-se inteiramente na ampliação da área plantada", e, posteriormente, seguindo a extinção das novas fronteiras agrícolas, "o mundo passou rapidamente a valorizar o aumento da produtividade dos solos".

De 4 a 13 de setembro de 1968, Paris (França) sediou a fundante Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para o Uso Racional e a Conservação dos Recursos da Biosfera, mais conhecida como Conferência da Biosfera. Tendo como apoiadores a UICN e o Conselho Internacional de Ciência (CIC), o evento organizado pela UNESCO contou com a parceria da ONU, por meio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO³) e da Organização Mundial da Saúde (OMS). Organizado pela UNESCO, o encontro teve como principal resultado o futuro Programa o Homem e a Biosfera (MaB⁴), a partir do qual é concedido o estatuto de Reserva Mundial da Biosfera a áreas protegidas (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 1969 e 1968).

Este instrumento de planificação possibilita, por meio do processo de zoneamento, um "trabalho permanente e solidário para a conservação e a implantação do desenvolvimento sustentado junto a um ecossistema representativo do planeta" (CORRÊA, 1996, p. 10; 30-33). As três funções básicas das reservas são: I. "Conservação da biodiversidade do ecossistema"; II. "Promover o desenvolvimento sustentado em suas áreas de abrangência"; e III. "Pesquisa científica, educação e de monitoramento permanente". Três meses depois, em 3 de dezembro de 1968, a "Resolução 2.398" da XXIII Sessão da Assembleia Geral da ONU (AG/ONU) convocou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, a fim de promover diálogo amplo e preventivo sobre a questão ambiental.

Em 15 de setembro de 1971, no contexto da Guerra do Vietnã, um ato da sociedade civil deu origem à maior organização sem fins lucrativos em favor da

³ Do inglês Food and Agriculture Organization.

⁴ Sigla em inglês para Man and the Biosphere. Criado em 1972, o MaB é um programa que define as Reservas da Biosfera, em trabalho com agências internacionais de desenvolvimento, a UICN e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). No Brasil, há sete destas reservas: Amazônia Central, Caatinga, Cerrado, Cinturão Verde de São Paulo, Mata Atlântica, Pantanal e Serra do Espinhaço.

questão socioambiental: o Greenpeace. Naquela data, um grupo formado por alguns ecologistas e jornalistas partiram de Vancouver, no Canadá, a bordo de um pequeno barco de pesca alugado para impedir a realização de um novo teste nuclear pelos EUA nas ilhas Amchitka, no Alaska. Além de terem hasteado uma bandeira da ONU na embarcação, os ativistas colocaram uma bandeira com as palavras inglesas green (verde) e peace (paz), simbolizando a defesa da paz e do meio ambiente.

Resgatando as projeções da Teoria Malthusiana, mais de um século depois, o Clube de Roma⁵ publicou o livro "Limites do Crescimento", um estudo elaborado por um grupo do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT⁶). A partir de cinco elementos básicos (população, produção de alimentos, industrialização, poluição e consumo de riquezas naturais não renováveis), o estudo retratou as consequências da falta de sustentabilidade do modelo mundial por este não acompanhar o acelerado crescimento da população humana no planeta Terra (MEADOWS et al., 1978, p. 9-23). Sem embargo, há produções acadêmicas que vem contrapondo o argumento do Malthusianismo. Aponta-se que o constante declínio das taxas de mortalidade e fecundidade, inclusive em países periféricos e semi-periféricos, desde o século XIX podem ser consideradas instrumentos emancipatórios das sociedades humanas, as quais entraram em uma transição econômica e demográfica (ALVES, 2002; BACHI, 1990; GLEDITSCH, 2020; NARGUND, 2009; PALLIKADAVATH, RAJAN e WILSON, 2017; ROBEY, 1993).

Realizada de 5 a 16 de junho de 1972, em Estocolmo (Suécia), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano fundou a agenda ambiental internacional, compreendida por acordos, declarações, negociações e relatórios. Apesar do viés antropocêntrico e de não ter caráter obrigatório no Direito Internacional, a "Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano" (Declaração de Estocolmo) foi um dos principais resultados do encontro, contendo 26 princípios com diretrizes de atuação (UNITED NATIONS, 1972). Outro fruto de relevância foi a criação do Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (PNUMA), com sede em Nairóbi (Quênia). Cabe enfatizar que, mesmo com os vários textos assinados no plano internacional e das políticas públicas de proteção ambiental instituídas pelos Estados-membros da ONU, as medidas foram ineficazes e insuficientes para conter e reverter a crise civilizatória, intensificada pela economia capitalista do sistema centro-periferia. Observou-se que, desde aquele período, problemas como catástrofes ambientais e mudanças climáticas persistiram e foram intensificadas (LAGO, 2007, p. 31-33; NOGUEIRA, 2005, p. 32-33, 37; SOARES, 2006, p. 47; VOGLER, 1996, p. 195-196).

Não obstante, a Conferência de Estocolmo foi conflitiva, pois enfrentou resistência dos países do Sul global, incluindo o Brasil. Considerava-se a pauta ambiental um entrave imposto pelas economias do eixo Norte para interromper o desenvolvimento da periferia e reivindicava-se a atribuição de maior parte da responsabilidade às nações desenvolvidas — as quais foram precursoras no processo de industrialização às custas da exploração dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. As economias desenvolvidas, por sua vez, propunham a reparação das intensivas atividades industriais desde a Primeira Revolução, com destaque para a poluição da água, da atmosfera e do solo (SOARES, 2006, p. 41-

Página | 877
Organização informal e internacional criada em 1968 para dialogar acerca de pautas globais.

⁶ Sigla em inglês para Massachusetts Institute of Technology.

43; VOGLER, 1996, p. 194). Sublinha-se que, de fato, o capitalismo central se impõe sobre os países periféricos e semiperiféricos, acarretando em exclusão e gerando desigualdades socioeconômicas.

Cabe resgatar que, em razão da considerada maior crise do sistema capitalista, ocorrida em 1929, os países da América Latina iniciaram seus processos de industrialização por substituição de importações (AVRITZER, 2019, p. 95-102; BRESSER-PEREIRA, 2016; EVANS, 1993, p. 138-150; LAGO, 2013, p. 30-68; SANTOS e SILVEIRA, 2010, p. 251-253; SCHNEIDER, 2014; SOUZA, 2009). O nacional-desenvolvimentismo foi caracterizado pela forte intervenção estatal na economia e houve, posteriormente, a imitação dos modos de consumo dos países desenvolvidos, com desaproveitamento do potencial da acumulação do capital. Segundo Prebisch (2008, p. 28), o fenômeno se deve à absorção de renda pelas economias centrais, em específico, pelas hegemônicas empresas transnacionais, dotadas de superioridade econômica e técnica.

Na direção de superar o entendido atraso no desenvolvimento do continente latino-americano e caribenho, por iniciativa do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, surge, em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), tendo como principais teóricos os economistas Raúl Prebisch (1950, 2012 e 2008) e Celso Monteiro Furtado (1978 e 1967). Contudo, os avanços obtidos tangeram apenas o crescimento econômico, em detrimento de um efetivo desenvolvimento, que inclui melhoria das condições de vida das populações, a qual pode ser medida por indicadores sociais. Em contraste à visão cepalina e ao marxismo dos partidos comunistas, na década de 1960, teóricos como André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos Júnior formularam a Teoria da Dependência na década de 1960 (CALCAGNO, 1989; FRANK, 2005 e 1973; HIRSCHMAN, 1961; MYRDAL, 1968). Entendia-se o subdesenvolvimento enquanto configuração estrutural do próprio sistema econômico internacional, não sendo, portanto, um estágio anterior ao desenvolvimento.

3 A QUESTÃO AMBIENTAL DO ESTADO NOVO DE VARGAS ATÉ O GOVERNO GOULART

Resgata Franco (2002, p. 82-83) que, nas décadas de 1930 e 1940, conceitos de conservação e preservação ambiental estavam presentes na sociedade brasileira. Simultaneamente, abrangiam-se ambas perspectivas, sendo a primeira vinculada a interesses econômicos, com exploração racional da natureza sem comprometimento às futuras gerações, e a segunda tratando o meio ambiente natural como espaço de contemplação estética a ser protegido. Neste cenário, foram criadas as primeiras Unidades de Conservação (UCs) brasileiras: o Parque Nacional de Itatiaia, via "Decreto Nº 1.713, de 14 de junho de 1937", e o Parque Nacional do Iguaçu, por meio do "Decreto-Lei Nº 1.035, de 10 de janeiro de 1939". Esta última é Patrimônio Natural da Humanidade⁷ e abriga as Cataratas do Iguaçu, uma das Sete Novas Maravilhas da Natureza⁸. A influência adveio da internacionalmente repercutida criação de parques nacionais e reservas naturais

⁷ Em 28 de novembro de 1986, a UC foi tombada pela UNESCO.

⁸ Título concedido em 11 de novembro de 2011 pela iniciativa New7Wonders.

nos EUA, os quais tiveram como base as reivindicações conservacionistas e preservacionistas.

Na época, o Serviço Florestal do Brasil⁹ (SFB), criou uma seção de gestão de UCs — iniciativa precursora nas tentativas preservacionistas de estabelecimento de um sistema de gestão racional dos parques nacionais (GODOY e LEUZINGER, 2015, p. 224). Concepções dos movimentos conservacionistas e preservacionistas ainda incidiram "nas formulações e estratégias delineadas na Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza¹⁰, se fundindo numa visão única do que deveria representar esse conceito de proteção à natureza" (FRANCO, 2002, p. 83; 95).

O pensamento dos participantes do evento "vinculava preocupações pontuais, como, por exemplo, o estabelecimento de reservas naturais, a um projeto mais amplo de construção da nacionalidade". Neste sentido, propiciaram-se a mobilização de associações cívicas e grupos, a garantia de espaço em instâncias deliberativas e a garantia de aprovação de uma sequência de decretos, leis e regulamentos, visando-se a conservação ambiental, a criação de UCs e outras iniciativas. Portanto, pressões de movimentos sobre o Estado brasileiro para que houvesse políticas públicas para o meio ambiente resultaram no Código Florestal, instituído pelo "Decreto Nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934" e a partir do qual os parques nacionais foram criados. Dentre outros, estiveram também o Código de Águas (Decreto Nº 24.643, de 10 de julho de 1934) e o Código de Caça e Pesca (Decreto Nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934). No entanto, a proteção ambiental não conduzia os governos de Vargas, conferindo o caráter pontual a estas iniciativas (FRANCO, 2002, p. 93-94; LUSTOSA, CÁNEPA e YOUNG, 2010, p. 172-173).

O Estado Novo do presidente Getúlio Dornelles Vargas teve como ponto de partida a "Constituição de 10 de novembro de 1937". Por meio do "Decreto-Lei Nº 982, de 23 de dezembro de 1938", o governo reagrupou e reconstituiu alguns órgãos preexistentes no Ministério da Agricultura e criou novos, como o Serviço Florestal (SF), subordinado ao Ministério do Estado. Este órgão visou a criação, fomento, proteção e um entendido uso responsável das florestas brasileiras. Todavia, no plano político e social, o Estado Novo de Vargas promoveu repressões contra opositores, que sofreram agressões, torturas, assassinatos e deportações, foram mascaradas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado por meio do "Decreto-Lei Nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939".

No âmbito econômico, o chefe do Estado brasileiro instituiu o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, por meio do "Decreto-Lei Nº 1.058, de 19 de janeiro de 1939". Com implementação prevista para o período de 1939 a 1944 e com recursos provenientes de taxas sobre as operações cambiais, o projeto foi interrompido em 1943, devido à eclosão da Segunda Guerra Mundial (1/9/1939-2/9/1945), que exigiu prioridade de investimento no setor de defesa. Não obstante, a iniciativa obteve êxito durante sua operacionalização, investindo-se, pontualmente, em indústrias de base e obras públicas de fomento ao desenvolvimento nacional.

⁹ Sob a alçada do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o SFB foi criado pelo presidente Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (28/7/1919-15/11/1922), via "Decreto Nº 4.421, de 28 de dezembro de 1921".

¹⁰ Realizada de 8 a 15 de abril de 1934, no Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ).

Este período foi representado também pela política de integração Marcha para o Oeste, que buscou desenvolver de forma integrada as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, especificamente os estados de Goiás, Mato Grosso e Amazonas, que apresentavam baixa densidade demográfica (D'ARAUJO, 2000; FAUSTO, 2006, p. 364-394; GARFIELD, 2011 e 2000). Ainda que tenha havido uma aparente valorização dos indígenas como parte da nação e da criação do "Dia do Índio" (19 de abril) via "Decreto-Lei Nº 5.540, de 2 de junho de 1943", a perspectiva do Governo Vargas era de homogeneização da população brasileira. No processo de integração e modernização, houve contatos assistidos e desassistidos com povos originários, alguns até então isolados, por meio da construção de rodovias, de extrativismos e de frentes de expansão, incluindo a Expedição Roncador-Xingu. Como resultado, houve modificações na cultura, na organização social e nos modos de produção desses grupos (GRONDIN e VIEZZER, 2018, p. 163-230).

Via "Decreto Nº 16.677, de 29 de setembro de 1944", aprovou-se o Regimento do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. À Seção de Parques Nacionais (SP), competiu: I. A orientação, coordenação e fiscalização do trabalho das UCs; II. A elaboração de programas de ação para cada parque; e III. A promoção à criação de parques federais, estaduais e municipais. Já os parques nacionais tiveram a competência de: I. Conservação de suas áreas para fins científicos, educativos, estéticos e recreativos; II. Promoção de estudos acerca de suas faunas, floras e geologias; III. Organização de herbários e museus regionais; e IV. Encaminhamento de amostras e informes de espécimes ao SF quando haja solicitação (DIEGUES, 2008, p. 116). Foram também legados deste período a Companhia Nacional de Álcalis, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Vale do Rio Doce, a Rodovia Transnordestina (hoje denominada BR-116), o Conselho Nacional de Cartografia, o Conselho Nacional de Estatística, o Conselho Nacional de Geografia, o Conselho Nacional do Petróleo, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A medida em que o predatório desenvolvimento econômico avançava, os movimentos em prol da proteção do meio ambiente foram tomados pela frustração diante das políticas operacionalizadas, as quais desconsideraram as orientações e clamores da comunidade científica.

Diante da bem-sucedida experiência desenvolvimentista de Vargas, o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (31/1/1946-31/1/1951) criou o sucessor "Plano de Obras e Equipamentos", via "Decreto-Lei nº 6.144, de 29 de dezembro de 1943". Apesar de ter período previsto de 1944 a 1948 e de ter obtido ainda mais avanços, o projeto foi extinto em 1947 a partir do "Decreto-Lei Nº 9.782, de 6 de setembro de 1946", em razão do orçamento uno estabelecido pela "Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946" (BALEIRO e SOBRINHO, 2012, p. 65-66). Não obstante, em 1948, o Governo Dutra propôs para o período de 1950 a 1954 o Plano SALTE, destinado ao desenvolvimento dos setores de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia, os quais foram elegidos como prioritários para os investimentos públicos.

No mesmo ano, em 13 de fevereiro de 1948, o Senado Federal, a partir do "Decreto Legislativo Nº 3, de 1948", aprovou a "Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América", a qual foi assinada pelo Estado brasileiro em 27 de dezembro de 1940. Até então, predominantemente, haviam sido criados parques nacionais nas regiões Sudeste e Sul do país, as mais populosas e urbanizadas. Segundo Diegues (2008, p. 116-

117), somente a partir dos anos 1960, frente à destruição de florestas e expansão da fronteira agrícola, parques nacionais foram criados em outras localidades. Mais adiante, via "Decreto Nº 25.865, de 24 de novembro de 1948", criou-se o Parque Nacional de Paulo Afonso, demonstrando que "a expansão do número de parques nacionais foi bastante lenta".

Aprovada por meio da "Lei Nº 1.102, de 18 de maio de 1950", a realização do Plano SALTE foi financiado por recursos da Receita Federal (RF) e empréstimos de capital externo. Dentre as obras geradas estão a Rodovia Presidente Dutra, o Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso no Rio São Francisco, o Hospital do Subúrbio e o Hospital Federal dos Servidores do Estado (HFSE), além da finalização da rodovia que interliga os estados do Rio de Janeiro e da Bahia. Contudo, a ausência de controle, o poder concentrado na presidência e a discrepância entre os recursos necessários e previstos culminou no fracasso da iniciativa, a qual foi descontinuada no ano de 1951 e seguida por uma crise inflacionária motivada pela impressão de moedas sem lastro e pela criação de linhas de crédito (FAUSTO, 2006, p. 397-405).

Influenciado pelas propostas cepalinas, ao tomar posse da presidência do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira (31/1/1956-31/1/1961) anunciou o Plano de Metas, contendo 30 metas e cujo lema foi "50 anos em 5". Direcionado a entes públicos e privados voltados aos setores de agricultura, alimentos, energia, indústria de base e transporte, o projeto, posto em prática de 1956 a 1960, foi delineado pelo Conselho de Desenvolvimento, criado em fevereiro de 1956. Foi a primeira vez que o Estado brasileiro aplicou planejamento indicativo, distinguindo, até certa medida, os limites para as intervenções pública e privada na economia. Com foco apenas no crescimento econômico, o plano de JK, como o presidente também era conhecido, obteve êxito na rápida industrialização e modernização do país, transpassando os gargalos do desenvolvimento da economia. Simultaneamente, no entanto, o sucesso se deveu a uma enorme dívida pública e desequilíbrios na balança comercial, reverberando suas consequências negativas aos subsequentes governos, os quais tiveram que implementar vários para a recuperação econômica e o controle inflacionário (FAUSTO, 2006, p. 419-436).

Outrossim, o segundo ano da gestão presidencial de João Belchior Marques Goulart (8/9/1961-2/4/1964), popularmente conhecido como Jango, teve como grande destaque o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que seria implementado entre 1963 e 1965. Sob responsabilidade do recém-criado Ministério Ordinário do Planejamento, gerido por Celso Furtado, a iniciativa projetada para os três anos seguintes foi vanguarda ao propor a resolução dos problemas econômicos e sociais, a partir de mudanças estruturais que pudessem conferir ao país um efetivo desenvolvimento. Buscava-se a redução da elevada inflação e do custo social decorrentes do anterior Plano de Metas, além de promover uma adequada distribuição das riquezas, visando-se a equiparação do nível de qualidade de vida nas cinco regiões do Brasil. Devido às barreiras para concessão de crédito e ao limite de reajuste salarial impostos pelo Estado brasileiro, o setor privado e a classe trabalhadora minaram o projeto, resultando na falência e extinção deste após cinco meses de implementação (FAUSTO, 2006, p. 442-457).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Implementadas desde o Estado Novo de Vargas, as políticas públicas nacionais-desenvolvimentistas reverberam até hoje nos planos ambiental, econômico, educativo, político, sanitário e social, haja vista que estruturaram a configuração do Brasil contemporâneo. A tardia industrialização, por substituição de importações, e a modernização, por meio de obras de infraestrutura, constituíram o ponto de partida na transição de uma sociedade predominantemente agrária para um país mais urbanizado e integrado. Evidenciou-se que os governos supracitados convergiram suas propostas no que tange ao entendimento de desenvolvimento reduzido ao mero crescimento da economia e à busca por integração entre as cinco regiões do território brasileiro, aliada à construção da identidade nacional.

Visando-se a suplantação da condição periférica, a fim de elevar o país à posição de nação desenvolvida no sistema centro-periferia, por conseguinte, o Governo Federal no período analisado incidiu sobre meio ambiente natural para a criação e funcionamento de empresas estatais, modernização e simultânea expansão urbana. Mobilizações da comunidade científica e da sociedade civil, no entanto, foram capazes de levar o Estado a instituir legislações como o Código Florestal de 1934, o Código de Águas e o Código de Caça e Pesca. Contudo, estes decretos foram iniciativas desvinculadas ao direcionamento da Era Vargas, fundamentalmente representada pelo fundante Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional (1939-1943), operacionalizado durante o Estado Novo. Junto à política integracionista, materializada pela Marcha para o Oeste, as institucionalidades ambientais e a criação de parques nacionais representaram ações isoladas em meio aos simultâneos desflorestamentos e extrativismos predatórios.

Observa-se que, até o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965) do Governo Goulart, sobressaem-se, até hoje, certos ganhos no tocante ao desenvolvimento nacional, incluindo a Companhia Siderúrgica Nacional, a BR-116, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o IBGE, o Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso e o Hospital Federal dos Servidores do Estado. No que tange ao meio ambiente, destacam-se, além dos códigos mencionados, Unidades de Conservação como o Parque Nacional de Itatiaia, o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Nacional de Paulo Afonso. Pode-se considerá-los como frutos de clamores sociais influenciados pelos movimentos conservacionistas e preservacionistas dos EUA.

Inaugurado pelo Programa de Ação Econômica do Governo Castelo Branco e lembrado pelo "Milagre Econômico" na década de 1970 — catalisado a partir da implementação do Programa Estratégico de Desenvolvimento do Governo Costa e Silva —, o período da Ditadura Civil-Militar edificou o nacional-desenvolvimentismo sobre as bases construídas pelo Governo Vargas. Frente à agenda ambiental internacional, delineada na Conferência da Biosfera (1968) e iniciada a partir da precursora Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972), o Estado brasileiro, apesar de reconhecer a necessidade de intervenção na crise ambiental, defendeu o direito ao desenvolvimento

econômico dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Outrossim, naquela época, a imagem do país no exterior refletiu, além dos conhecidos crimes contra os direitos humanos, o descaso governamental com a questão ambiental, transparecida pela desflorestação e extrativismo em larga escala e, mais precisamente, pela inundação marginal para o enchimento do reservatório da Itaipu Binacional.

Quanto ao âmbito de desenvolvimento, o regime civil-militar teve como legado feitos como as rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói e a controversa Usina Hidrelétrica de Itaipu. Embora já tenha sido extinto, cabe retomar que o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal ilustra a orientação daquele período, haja vista que a autarquia atuava em favor do desmatamento para finalidades industriais, ao passo que era responsável em administrar os parques nacionais. Já no que se refere às efetivas políticas públicas ambientais, vigoram até hoje documentos como o "Tratado de Cooperação Amazônica" (1978) e a Política Nacional do Meio Ambiente (1981), além de UCs, a exemplo do Parque Nacional da Amazônia, do Parque Nacional da Serra da Capivara, do Parque Nacional do Pico da Neblina e do Parque Nacional de Pacáas Novas. Hoje no status de ministério, a antiga Secretaria Especial do Meio Ambiente representou outro ganho à institucionalidade ambiental por ter sido uma acatada orientação da Conferência de Estocolmo em meio às predatórias políticas públicas nacionais-desenvolvimentistas.

Do Estado Novo ao fim da Ditadura Civil-Militar, a incidência do nacional-desenvolvimentismo sobre o meio ambiente implicou em perdas de vegetação nativa e reduções da biodiversidade, gerando alterações climáticas, modificações no solo e poluição atmosférica. Houve a necessidade de expansão urbana em razão do crescimento demográfico ao longo das décadas do século XX, tendo sido apropriada, em partes, a ação estatal direcionada ao desenvolvimento socioeconômico, a partir da industrialização, obras de infraestrutura e instituição de direitos civis, políticos e sociais. Entretanto, o predominante foco no crescimento econômico e a manutenção das estruturas sociais vitrificaram o status quo do cenário de desigualdades e exclusões, além de terem acentuado a dependência do país ao capital do Norte global. As, portanto, fracassadas experiências de desenvolver o país — haja vista o enorme endividamento público — e a primazia pela transitoriedade das políticas públicas implementadas após o período analisado resultaram na ausência de subseqüentes projetos estatais de longo prazo.

From the New State to the government of Goulart: national-developmentalism impact on the environment

ABSTRACT

Driven by the Crash of 1929, Brazil and other Latin American countries started to intervene in the economy, promoting import substitution industrialization and urban expansion. The New State of president Getulio Dornelles Vargas marked the contemporary history of Brazil, based on national-developmentalism public policies and influenced the government of several Brazilian presidents. However, in this same time frame, the Brazilian State instituted specific environmental policies in response to civil society claims and succumbing to international pressures. In light of these facts, the following article aims to understand the paradox between projects for national development and state actions aimed at protecting the ecological balance, seeking to understand the factors that drove the confluent phenomena. With regard to the methodological procedure, the deductive historical method was used and as research sources several books and scientific articles were consulted on the topic discussed, from the advent of the environmental cause to the analysis of the most significant policies in each period covered. It was noticed that the analyzed governments emphasized economic growth, over and above the necessary socioeconomic development. It is undeniable that there was a modernization of the country, but with an increase in social inequalities. In relation to the environment, the negative impacts were considerable, even with internal pressures and within the scope of international relations. The consequences of national-developmentalism were: losses in fauna and flora species, climate change, soil alterations and atmospheric pollution. As gains, we can mention some infrastructure works and national parks, which conserve the country's biodiversity and provide quality of life.

KEYWORDS: Development; National-Developmentalism; Environmental Policy; Environment.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Gustavo Kenner; OMOTO, João Akira; ARAUJO JUNIOR, Julio José; RAMOS, Luciana Maria de Moura (org.). *Avá-Guarani: a construção de Itaipu e os direitos territoriais*. Brasília: ESMPU, 2019.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. *A Polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002.
- AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia*. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2019.
- BACHI, Roberto. *Low Fertility in Industrial Countries: Causes, Consequences, Policies*. In: *Annals of the New York Academy of Sciences*, vol. 610, 1990. p. 83-96.
- BADE, Maicol Rafael; ROCHA, Anderson Sandro da. *Caracterização Histórica e Evolução Temporal do Uso e Cobertura da Terra na Bacia Hidrográfica do Paraná 3*. In: ROCHA, Anderson Sandro da; BADE, Maicol Rafael. *Geografia da bacia hidrográfica do Paraná 3: fragilidades e potencialidades socioambientais*. Jundiá: Editora In House, 2018. p. 39-72.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *As políticas neoliberais e a crise na América do Sul*. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 45, vol. 2, 2002. p. 135-146.
- BLANC, Jacob. *A Turbulent Border: Geopolitics and the Hydroelectric Development of the Paraná River*. In: BLANC, Jacob; FREITAS, Frederico (ed.). *Big Water: The Making of the Borderlands Between Brazil, Argentina, and Paraguay*. Tucson: The University of Arizona Press, 2018. p. 211-241.
- BALEIRO, Aliomar; SOBRINHO, Barbosa Lima. *Constituições Brasileiras: Volume V - 1946*. 3. ed. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Modelos de estado desenvolvimentista*. In: *Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas*, n. 412, fev. 2016. São Paulo: FGV-EESP, 2016.
- BROWN, Lester Russell. *Plano B 4.0: Mobilização para Salvar a Civilização*. São Paulo: New Content Editora e Produtora Ltda, 2009.

CALCAGNO, Alfredo Eric. El pensamiento económico latinoamericano: estructuralistas, liberales y socialistas. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica, 1989.

CARSON, Rachel. Primavera Silenciosa. Raul de Polillo (trad.). 2. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969.

CARTA da Terra. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - MMA, Ministério da Educação - MEC. Educação Ambiental por um Brasil Sustentável: ProNEA, Marcos Legais e Normativos. Brasília: MMA, 2018. p. 95-101.

CARVALHO, José Candido de Melo. O uso racional dos ecossistemas. In: Carajás: Desafio Político, Ecologia e Desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1986. p. 608-620.

CAVALCANTI: poluição é ônus dos desenvolvidos. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 7 jun. 1972. p. 14.

CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Memórias do desenvolvimento, ano 4, n. 4, set. 2010. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2010.

CORRÊA, Fredmar. A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: Roteiro para o Entendimento de seus Objetivos e seu Sistema de Gestão. 2. ed. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1996.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

D'ARAUJO, Maria Celina. O Estado Novo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. 6. ed. São Paulo: Editora Hucitec/NUPAUB, 2008.

EVANS, Peter. O Estado como Problema e Solução. In: Lua Nova: Revista de Cultura e Política, v. 28-29, 1993. p. 107-156.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FIESP propõe unidade para AL. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 28 set. 1982. p. 8.

FIGUEIREDO, João. XXXVII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1982: Presidente João Figueiredo. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. p. 405-416.

FRANCO, José Luiz de Andrade. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da Identidade Nacional. In: Varia Historia, vol. 18, n. 26, jan. 2002. p. 77-96. Disponível em: <http://www.variahistoria.org/edies/tag/Number+26>. Acesso em: 3 nov. 2021.

FRANK, Andre Gunder. El desarrollo del subdesarrollo. In: El nuevo rostro del capitalismo: Monthly Review Selecciones en castellano, n. 4, 2005. p. 144-157.

FRANK, Andre Gunder. Lumpen-Burguesia: Lumpen-Desarrollo - Dependencia, clase y politica en Latinoamerica. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1973.

FURTADO, Celso M. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

FURTADO, Celso M. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

GARFIELD, Seth. A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios Xavante (1937-1988). Claudia Sant'Ana Martins (trad.). São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. In: Revista Brasileira de História, v. 20, n. 39, 2000. p. 15-42.

GLEDITSCH, Nils Petter. This time is different! Or is it? NeoMalthusians and environmental optimists in the age of climate change. In: Journal of Peace Research, vol. 58, n. 1, 2020. p. 177-185.

GODOY, Larissa Ribeiro da Cruz; LEUZINGER, Márcia Dieguez. O financiamento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Brasil: Características e tendências. In: Revista de Informação Legislativa, ano 52, n. 206, abr./jun. 2015. p. 223-243.

GRAY, John. Falso Amanhecer: Os equívocos do capitalismo global. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

GRONDIN, Marcelo; VIEZZER, Moema. O Maior Genocídio da História da Humanidade: Mais de Setenta Milhões de Vítimas Entre os Povos Originários das Américas - Resistência e Sobrevivência. Toledo: GFM Gráfica & Editora, 2018.

HIRSCHMAN, Albert O. Estratégia do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HOBSBAWM, Eric John Ernest. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. Marcos Santarrita (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.

LAGO, André Aranha Corrêa do. Conferências de desenvolvimento sustentável. Brasília: FUNAG, 2013.

LAGO, André Aranha Corrêa do. Estocolmo, Rio e Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: FUNAG, 2007.

LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Luis Carlos Cabral (trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira; CÁNEPA, Eugenio Miguel; YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. Política ambiental. In: MAY, Peter H (org.). Economia do meio ambiente. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. p. 163-179.

MALTHUS, Thomas Robert. Princípios de Economia Política e Considerações Sobre sua Aplicação Prática: Ensaio Sobre a População. e Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo e Antonio Alves Cury (trad.). São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MANTEGA, Guido. O Governo Geisel, o II PND e os Economistas. In: Relatório de Pesquisa nº 3/1997. São Paulo: EAESP/FGV/NPP, 1997.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jørgen; BEHRENS III, William. Limites do crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade. Inês M. F. Litto (trad.). 2. ed. Editora Perspectiva: São Paulo, 1978.

MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora Saga, 1968.

NARGUND, Geeta. Declining birth rate in Developed Countries: A radical policy re-think is required. In: Facts, Views & Vision in ObGyn, vol. 1, n. 3, 2009. p. 191-193.

NOGUEIRA, Ana Carolina Casagrande. Política energética, sustentabilidade e Direito: licenciamento ambiental de usinas hidroelétricas no Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. Dissertação de Mestrado em Direito.

O'DONNELL, Guillermo. El Estado burocrático-autoritario: Triunfos, derrotas y crisis. 2. ed. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1996.

O'DONNELL, Guillermo. Reflexiones sobre las tendencias generales de cambio en el Estado burocrático-autoritario. In: Documento CEDES/G. E. CLACSO/Nº 1, Buenos Aires, ago. 1975.

O'DONNELL, Guillermo. Tensiones en el estado Burocrático-autoritario y la cuestión de la democracia. In: Documento CEDES/G. E. CLACSO/Nº 11, Buenos Aires, abr. 1978.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge; COIMBRA FILHO, Ademar Faria. Os Parques Nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

PALLIKADAVATH, Saseendran; RAJAN, S. Irudaya; WILSON, Chris. Low Fertility in Developing Countries: Causes and Implications. In: Journal of Biosocial Science, vol. 49, 2017. p. S1-S3.

PINKER, Steven. Os anjos bons da nossa natureza: Por que a violência diminuiu. Laura Teixeira Motta (trad.). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

POLUIÇÃO não deve ser freio. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 1 dez. 1971. p. 8.

PREBISCH, Raúl. Crecimiento, desequilibrio y disparidades: interpretación del proceso de desarrollo económico. In: Estudio económico de América Latina, 1949 - E/CN. 12/164/Rev. 1, 1950. p. 3-89

PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. Santiago: CEPAL, 2012.

PREBISCH, Raúl. Hacia una teoría de la transformación. In: Revista de la CEPAL, n. 96, dez. 2008. p. 27-71.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): 1972/4. Brasília: Fundação IBGE, 1971.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. II PND: II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Brasília: IBGE, 1974.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. III PND: III Plano Nacional de Desenvolvimento - 1980/85. Brasília: IBGE, 1980.

RICARDO, David. Princípios de Economia Política e de Tributação. Maria Adelaide Ferreira (trad.). 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.

ROBEY, Bryant. The Birth Rate Decline in Developing Countries. In: Outlook on Agriculture, vol. 22, n. 4, 1993. p. 221-224.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SCHNEIDER, Ben Ross. O Estado Desenvolvimentista no Brasil: Perspectivas Históricas e Comparadas. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (ed.). Capacidades Estatais e Democracia: Arranjos Institucionais de Políticas Públicas. Brasília: Ipea, 2014. p. 31-56.

SILVA, Nelson do Valle; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. População e Estatísticas Vitais. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. p. 29-57.

SILVA, Evaldo Mendes da. Walking on the Bad Land: The Guarani Indians in the Triple Frontier. In: BLANC, Jacob; FREITAS, Frederico (ed.). Big Water: The Making of the Borderlands Between Brazil, Argentina, and Paraguay. Tucson: The University of Arizona Press, 2018. p. 186-208.

SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. Luiz João Baraúna (trad.). 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SOARES, Guido. A proteção internacional do meio ambiente. São Paulo: Manole, 2006.

SOUZA, Nilson Araújo de. Economia Internacional Contemporânea: da Depressão de 1929 ao Colapso Financeiro de 2008. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

STRONG apóia [sic] a política na AM. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 22 jan. 1972. p. 52.

UNITED NATIONS. Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment. In: UNITED NATIONS. Report of the United Nations Conference on the Human Environment: Stockholm, 5-16 June 1972. Nova Iorque: UN, 1972. p. 3-5.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. Intergovernmental Conference of Experts on the Scientific Basis for Rational Use and Conservation of the Resources of the Biosphere: Unesco House, Paris, 4 – 13 September 1968: Final Report. Paris: UNESCO, 1969.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. Intergovernmental Conference of Experts on the Scientific Basis for Rational Use and Conservation of the Resources of the Biosphere: Unesco House, Paris, 4 – 13 September 1968: Recommendations. Paris: UNESCO, 1968.

VOGLER, John. The Politics of the Global Environment. In: BRETHERTON, Charlotte; PONTON, Geoffrey (ed.). Global Politics: an introduction. 1996. p. 194-219.

Recebido: 01 ago. 2022.

Aprovado: 06 set. 2022.

DOI: 10.3895/rbpd.v11n4 esp.15104

Como citar: MORENO, H.D.; OLIVEIRA, G. B. Do Estado Novo ao governo de João Goulart: incidência do nacional-desenvolvimentismo sobre o meio ambiente. **R. Bras. Planej. Desenv.** Curitiba, v. 11, n. 04, p. 872-891, Edição Especial Planos de expansão, políticas públicas e a pandemia: reflexões sobre planejamento e desenvolvimento local, dez. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.utfrpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Gilson Batista de Oliveira

Av. Silvío Américo Sasdelli, 1842 - Vila A, Foz do Iguaçu - PR

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

